
REDD Sul-Sul

Uma iniciativa Brasil-Moçambique para Desmatamento Zero com Relevância Pan-Africana

6 de Novembro de 2009 a 31 de Agosto de 2012

Relatório Final



Isilda Nhantumbo



Agradecimentos ao Governo Norueguês que financiou esta iniciativa e a todos os parceiros que colaboraram neste esforço em particular o Ministério para a Coordenação de Assuntos Ambientais (MICOA), Ministério da Agricultura (MINAG) através da Direcção Nacional de Terras e Florestas, a Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a ONG Moçambicana Centro Terra Viva (CTV), a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) do Brasil e à empresa de consultoria INDUFOR.



International Institute for Environment and Development
80–86 Gray's Inn Road
London WC1X 8NH
United Kingdom

www.iied.org

Desenho: Andy Wilkinson andy@wilko5.co.uk

Fotos da capa: Mike Goldwater www.mikegoldwater.com

Ilustração (p.30): Kat Price www.katprice.me

Composição tipográfica: Regent Typesetting www.regenttypesetting.co.uk

Impressão: Oldacres Printing www.oldacres.co.uk

Impresso em papel 100% reciclado.

Agradecimentos

A implementação do projecto de colaboração Sul-Sul, no âmbito do REDD, foi possível graças ao empenho de vários indivíduos que mostraram liderança (política e técnica), encarregaram-se de organizar a logística no campo, em particular para as consultas, formação e realização de estudos. Foram muitas as pessoas que participaram deste processo e não será possível lista-las. Todavia, especial agradecimento vai para Sua Excelência a Ministra do Ambiente, Alcinda Abreu e Sua Excelência a Vice-Ministra Ana Chichava pela liderança e pelos desafios que sempre colocou à equipa técnica. Algumas das questões colocadas e que estimularam reflexão incluem: 'até que ponto o modelo Bolsa Floresta pode ser sustentável no contexto de Moçambique', 'como o REDD+ se enquadra nas actuais actividades; visando a redução da taxa de desmatamento, tais como o manejo comunitário dos recursos naturais, o plantio de árvores no âmbito de 'um aluno uma árvore, um líder uma floresta', 'quais são os exemplos de outros países, tirando o Brasil', 'até que ponto as opções REDD+ apresentadas são exequíveis do ponto de vista institucional e político'. Ao Virgílio Viana, Director da FAS e sua equipa por terem estado sempre disponíveis a partilhar detalhes sobre o modelo Bolsa Floresta para informar as opções que Moçambique decidiu seguir. À Directora Nacional e Adjunta da Gestão, Ambiental Paula Panguene e Anselmina Liphola e sua equipa, ao Director Nacional Adjunto de Florestas e Fauna Bravia Luís Dinis e Oreste Nakala (falecido) pela liderança na coordenação interinstitucional. As consultas e estudos foram possíveis graças ao empenho das Direcções Provinciais do Ambiente (DPCA) e Agricultura (DPA) de Niassa, Nampula, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza. Sem o seu empenho não teria sido possível mobilizar a participação que permitiu que a cooperação Sul-Sul, no âmbito do REDD, trouxesse resultados positivos. À Milagre Nuvunga, Directora da Fundação MICAIA sempre pronta a colaborar o que permitiu o início da testagem do REDD+ no país.

Finalmente, aos participantes das comunidades, do sector privado, ONGs, governo local, academia, entre outros, como usuários da terra e decisores trouxeram o seu saber, questionaram as assunções e apresentaram recomendações que robusteceram o processo e os seus resultados. Consequentemente, o processo de Moçambique foi considerado 'boa prática' pelo comité de aconselhamento técnico do Mecanismo de Parceria do Carbono Florestal.

A Equipa Técnica

IIED	
Duncan Macqueen	Líder da equipa, Coordenação Florestal da cooperação REDD + Sul-Sul
Isilda Nhantumbo	Pesquisador Sénior sobre Florestas e Mudança Climática – coordenou a execução do roteiro, processo de consultas e insumos técnicos, elaboração do R-PP e do projecto de estratégia de REDD +
Anselmina Liphola	Directora DNGA – também participou na recolha de dados no Sul, facilitou o diálogo com os Conselhos Consultivos e Técnicos do MICOA, bem como com CONDES
Técnicos do MICOA I	
Paula Panguene	Directora Adjunta DNGA Gestora de informação de fundo, sobre REDD + e do processo Coordenação do processo de REDD
Francisco Sambo	Ponto focal e de ligação técnica Apoio logístico para o processo, incluindo contactos com instituições provinciais
Ana Paula Francisco Carla Pereira Pedro Xavier Dinis Macie	Pessoal Técnico Facilitaram consulta e formação a nível local (comunidade) e provincial, bem como a recolha de dados
MINAG	
Dinis Lissave	Director Nacional (DNTEF)
Mandrate Oreste Nakala (Falecido)	Director Nacional Adjunto (DNTEF) – assegurou comunicação ao alto nível no Ministério e o envolvimento de todos os subsectores da agricultura
Alima Issufo-Taquidir	Chefe do Departamento de Engenharia Florestal, co-líder (com o MICOA) do processo de REDD +
Darlindo Pechisso	Pessoal técnico – Departamento Florestal – Consulta Zambézia
Julião Cuambe	Pessoal Técnico – Recolha de dados sobre as causas do desmatamento e análise dos actuais sistemas de informação de gestão nas províncias afectadas pelo desmatamento e degradação florestais – Sofala e Tete
Osvaldo Manso	Coordinator, National Forest Programme
Danilo Cunhete Pachis Mugas Castelo Banze Luis Sande	Pessoal Técnico do Departamento de Inventário dos Recursos Naturais Recolha de dados sobre as causas do desmatamento e análise dos actuais sistemas de informação de gestão nas províncias afectadas pelo desmatamento e degradação florestais – Maputo, Gaza e Zambézia Identificaram as lacunas na distribuição de terras e gestão de informação florestal a nível provincial e os desafios de precisão a nível de informação nacional
Carla Cuambe	Actualmente na FAO-Maputo, ex-chefe do Departamento de Inventário de Recursos Naturais; informação importante sobre necessidade de dados, disponibilidade e MVR, recolha de dados em Tete e Sofala
Joaquim Macuacua	Actual Chefe do Departamento de Inventário de Recursos Naturais, coordenador da assistência dada pelo projecto JICA no apoio à construção de capacidade, realização de inventários e MRV

FAS	
João Tezza	Pessoal Técnico do FAZ – Formação em planeamento participativo para o REDD+
Thais Megid Pinto	Pessoal Técnico do Programa Bolsa Floresta, participou na concepção do roteiro e sua implementação até Julho de 2011.
Luiza Lima	Pessoal Técnico do Programa Bolsa Floresta, assumiu o lugar de Thais e trabalhou até Junho de 2012.
Universidade Eduardo Mondlane Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Faculdade de Economia	
Almeida Siteo	Liderou a contribuição da UEM, bem como centrou a atenção no Nível de Referência, Monitoria, Relatório e Verificação
Benard Guedes	Monitoria, Relatório e Verificação
Apoio técnico – estudos subnacionais sobre as causas	
Romana Rombe (Forestal) Domingos Cugala (Agricultura) Felicidade Massingue (Agricultura) Mario Chilundo Rogério Borguete Paiva Munguambe Matias Farahane (Economista)	Análise preliminar das causas de desmatamento e degradação, actores e intervenções actuais, lições, mudanças no uso da terra e modelos de comunicação de REDD + – Maputo, Gaza, Manica, Sofala, Tete, Nampula e Niassa
CTV	
Samantha Remane	Advogado, Organização de consultas
Berta Rafael	Facilitação de consultas a nível da comunidade
Issufo Tankar	Facilitação de consultas a nível da comunidade
INDUFOR	
Marisa Camargo	Consultor, Florestas e Mudança Climática, Envolvimento do Sector Privado – Fim do Programa
Rauno Laitalainen	Ex- CTA para PNF na DNTF – Fim do Programa
Mikael Rein	Actual CTA para PNF na DNTF – Fim do Programa

Acrônimos

ADEL-Sofala	Agência de Desenvolvimento Económico Local da Província de Sofala
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CIFOR	Centro International de Investigação Florestal
COGEP	Comité de Gestão Participativa
COP	Conferência das Partes
CTA	Confederação das Associações Económicas
CTV	Centro Terra Viva
DEF	Departamento de Engenharia Floresta da Universidade Eduardo Mondlane (UEM)
DNGA	Direcção Nacional de Gestão Ambiental
DNTF	Direcção Nacional de Terras e Florestas
DPA	Direcção Provincial da Agricultura
DPCA	Direcção Provincial para Coordenação da Acção Ambiental
DUAT	Direito de uso e aproveitamento da terra
FAEF	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FCPF	Parceria de Carbono Florestal
GEE	Gases de efeito de estufa
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
IIED	International Institute for Environment and Development (Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento)
INDUFOR	Empresa Finlandesa de consultoria
ITC	Iniciativa de Terras Comunitárias
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
MINAG	Ministério da Agricultura
ORAM	Associação Rural de Ajuda Mútua
RADEZA	Rede de Organizações Para Ambiente e Desenvolvimento Comunitário Sustentável da Zambézia
REDD+	Redução de emissões do desmatamento e degradação florestal, conservação, manejo florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
UN-REDD	Programa das Nações Unidas para o REDD

Conteúdo

Resumo	8
1. Introdução	11
2. Processo	13
2.1 Grupo de Trabalho REDD	13
2.2 Finanças	14
2.3 Roteiro: inclusão, prioridades e orientações nacionais FCPF	15
2.4 Capacitação: formação no país e visitas de intercâmbio	17
3. Principais resultados	21
3.1 Plano de prontidão e projecto de estratégia	21
3.2 Pilotos de REDD+	21
3.3 Avaliação da perda de carbono em quatro distritos de Manica	21
3.4 Avaliando a ocupação da terra e impacto potencial no REDD+	22
3.5 Publicações	24
4. Lições aprendidas	26
4.1 Cooperação Sul-Sul vai para além de “copiar e colar”	26
4.2 Liderança e apropriação do processo	27
4.3 Visão restrita sobre o conceito REDD+	27
4.4 Actividades de REDD+	28
5. Prosseguindo com a implementação do REDD+	29

Resumo

Um memorando de entendimento entre o governo de Moçambique, através do Ministério para a Coordenação de Assuntos Ambientais (MICOA) e da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), assinado em 2009, lançou as bases para uma iniciativa de parceria multi-colaborativa designado REDD Sul-Sul: Uma iniciativa Brasil -Moçambique para Desmatamento Zero, com Relevância Pan-Africana. Esta iniciativa teve como objectivo criar as condições para que Moçambique seja capaz de embarcar na implementação de REDD+.

A iniciativa tinha os seguintes objectivos específicos:

- i) Facilitar etapas para a concepção de uma estratégia nacional de REDD para Moçambique através de um processo inclusivo e participativo.
- ii) Apoiar a elaboração do plano de preparação de prontidão (RPP), a ser apresentado ao Fundo de Parceria para o Carbono Florestal, administrado pelo Banco Mundial.
- iii) Reforçar a capacidade técnica, institucional e jurídica no âmbito do REDD.
- iv) Realizar estudos de viabilidade para identificar áreas potenciais para a implementação de projectos de demonstração de desmatamento zero, reflorestamento e incentivos para as comunidades aderirem ao manejo florestal sustentável e à gestão dos recursos naturais em geral.

A duração inicial do projecto era de um ano, a partir de Novembro de 2009. No entanto, adendas subsequentes foram assinadas em Dezembro de 2010 e de 2011, com o objectivo de garantir, primeiro a conclusão do roteiro para o desenvolvimento do plano estratégico e de prontidão, seguindo um processo minucioso de consulta quanto possível e, segundo, assegurar o começo do teste de REDD+ nas áreas pilotos do projecto, identificadas. Assim, esta iniciativa REDD+ Sul-Sul decorreu até ao final de Agosto de 2012.

As principais realizações do projecto incluem:

- Rascunho da estratégia nacional de REDD+ amplamente discutido e compondo a base para uma verdadeira estratégia que resulte na implementação do plano de preparação de prontidão até 2015.
- RPP aprovado em Março de 2012, no Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal realizado no Paraguai. Isto seguiu-se a uma apresentação informal em Agosto de 2011 e submissão formal em Janeiro de 2012. Em comparação com as muitas interações de RPP que tiveram lugar em outros países, foi um feito notável para Moçambique.
- O processo de consulta envolveu mais de 1.500 pessoas de todas as 10 províncias, incluindo representantes dos distritos e das comunidades. Mais de 200 pessoas estiveram directamente envolvidas na formação em vários aspectos de REDD+.
- O artigo sobre o alcance e a dimensão do REDD+ foi a base para a análise das implicações das várias opções para a redução de emissões e para a tomada de decisão certa para Moçambique. Este trabalho acaba de ser publicado (em Português).
- Revisão de metodologias para a definição de níveis de referência e sistemas de informação, monitoramento e verificação em Moçambique. Foi importante ter a análise inicial das informações existentes, necessidades e lacunas. Este trabalho está a ser revisto e será publicado em Português em 2013.

- Estudos provinciais não publicados sobre as causas de desmatamento e degradação, efectuados em Maputo, Gaza, Sofala, Tete, Manica, Niassa e Nampula constituíram a base para a discussão sobre acções estratégicas do RPP (todos os estudos em Português). A discussão foi complementada pela análise de sistemas de gestão de informação para os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro. Foram identificadas inconsistências e lacunas, indicando a necessidade de Moçambique investir nos sistemas atrás referidos. A recolha sistemática, metódica e a compilação de dados sobre o uso da terra e alocação, bem como a inventariação de dados, são necessárias para informar o estabelecimento do nível de referência e para monitorar mudanças nas emissões e impactos sobre a biodiversidade. Esta tarefa foi levada a cabo pelo Departamento de Avaliação de Recursos Naturais da Direcção Nacional de Terras e Florestas (DNTEF), responsável pela colecta e compilação de informação a nível nacional. A mesma disponibilizou pessoal do departamento envolvido na abordagem de problemas associados à recolha de dados e à falta de informações compiladas no nível central.
- O processo acima resultou na identificação dos principais potenciais pilotos: (i) **Gaza**: *como é que o ‘+’ em REDD+ funciona para atender às necessidades de energia de biomassa e produtividade da agricultura?* – Um local para analisar a produção e utilização eficientes de biomassa, fontes de energia alternativas e sistemas agroflorestais. (ii) **Manica**: *poderão os benefícios de REDD+ compensar os custos de oportunidade associados à mudança na agricultura comercial?* – Um local para avaliar a intensificação sustentável da produção de culturas de rendimento, a fim de reduzir a ameaça a reservas florestais. (iii) **Sofala**: *Poderá REDD+ ir para além de créditos de carbono e contemplar pagamento por outros serviços ambientais?* – Um local para examinar o mecanismo de partilha de benefícios de receitas do turismo em áreas protegidas e para testar pagamentos de gestão de bacias hidrográficas. (iv) **Nampula**: *Mudanças na agricultura poderão apoiar REDD+; e quais são os custos e benefícios da recuperação de áreas degradadas?* – Um local para avaliar a intensificação sustentável de culturas de rendimento, incentivos baseados no mercado para a extracção sustentável de madeira, tecnologia eficiente para energia de biomassa, bem como a utilidade do plantio de árvores e manejo de fogo na restauração de florestas degradadas. (v) **Niassa**: *Como poderão as comunidades jogar um papel, tirar proveito das grandes extensões de plantações florestais para o REDD+?* – Um local para explorar as parcerias existentes e testar novos modelos entre as comunidades locais e empresas privadas ou autoridades governamentais, para expandir o manejo comunitário recursos naturais. (vi) **Zambézia**: *Como é que a degradação da floresta associada à exploração insustentável e queimadas podem ser monitoradas e verificadas?* – Um local para explorar os sistemas de gestão de informação para um monitoramento eficaz, descrição e verificação, procurando, em especial, a gestão das queimadas, gestão e conservação baseadas na comunidade, bem como intensificação da agricultura sustentável. Combinados, os seis locais cobrem a gama de causas do desmatamento e degradação florestal que o REDD+ deve abordar no país.
- A FAS produziu um guia de planeamento participativo de REDD+, fornecendo informação sobre as abordagens utilizadas no envolvimento com os grupos-alvo (em Português).
- A Universidade de Edimburgo utilizou imagens de satélite ALOS PALSAR de 2007–2010 para analisar as mudanças nos estoques de carbono durante este período e as causas associadas. Este relatório foi submetido à revisão pelos pares para publicação numa revista e foi igualmente produzido um boletim informativo (em Inglês).
- Várias outras notas informativas foram produzidas durante o processo:
 - ◆ REDD+: pronto para envolver o Sector Privado? – REDD+ Ready for private sector engagement? (Português e Inglês)
 - ◆ Além da retórica: colaboração Sul-Sul para o REDD+ – Beyond the Rethoric: South-South Collaboration for REDD+ (Português e Inglês)
 - ◆ REDD + ‘Dele’ e REDD + ‘Dela’: como a integração do género pode melhorar a prontidão. (Versão em Português a ser publicada em 2013)
 - ◆ Entendimento das perdas de carbono e potenciais intervenções em Manica, Moçambique (versão em Português a ser publicada em 2013)
 - ◆ Assegurando a prontidão para o REDD: dois modelos de coordenação e de comprometimento de África (será traduzido para o Português e Kiswahili)
 - ◆ Reflectir e Agir – Aprofundando o REDD+: lições de uma colaboração Sul-Sul-Norte. (Português e Inglês, Séries de Reflexão e Acção)

Trezentas cópias de cada resumo da política são impressas em Inglês e quinhentas em Português. As primeiras destinam-se a um público mais amplo internacionalmente, incluindo Moçambique, enquanto as últimas são principalmente para distribuição nacional, em todas as províncias e distritos, bem como compartilhar com a FAS no Brasil.

Embora inicialmente o projecto quisesse também testar a implementação do REDD a nível subnacional, utilizando a experiência da Bolsa Floresta do Brasil, tal não foi possível. Um dos principais obstáculos foi a fonte de financiamento para os pagamentos às famílias e comunidades pela redução das emissões, bem como a falta de clareza sobre como esses pagamentos podem estar ligados, de facto, ao desempenho. Em vez disso, a experiência do Brasil foi compartilhada com a Fundação MICAIA, baseada em Manica, uma instituição que, com a participação do sector privado e as comunidades locais, implementa modelos de negócios

inclusivos para desenvolver oportunidades económicas, ao mesmo tempo que contribui para a conservação dos recursos naturais, dentro e fora das áreas protegidas.

Além disso, os desafios institucionais sobre a liderança do processo, em especial a gestão dos recursos do projecto (elaboração de relatórios e prestação de contas para o signatário do contrato com a embaixada), bem como de gestão de desafios associados à ténue distribuição dos recursos e ao trabalho com novos parceiros, sem o conhecimento da robustez dos seus sistemas de gestão financeira, resultaram na diminuição da implementação das actividades de teste, nomeadamente (i) colecta de informação sobre organizações comunitárias em Nampula e Manica, (ii) levantamento dos usuários da terra em todas as actividades económicas (sector privado, comunidades e governo) para avaliar a situação socioeconómica do distrito de Mecuburi em Nampula e (iii) avaliação da cobertura da terra, causas do desmatamento e estoques de carbono em Mecuburi-Nampula. Não obstante ter sido, inicialmente, considerado importante estender o trabalho de identificação das várias causas do desmatamento para Nampula, que incluem agricultura de subsistência e comercial (grande e pequena), energia de biomassa, registo e plantações industriais em grande escala, mais tarde percebeu-se que começar várias iniciativas de REDD+ no país pode resultar na dispersão dos parques recursos e não produzir o impacto esperado – isto é, a geração de informações confiáveis para informar o processo nacional de REDD.

Foi na base desta constatação que o foco em testes mudou para uma unidade subnacional maior, o Corredor da Beira, que abarca a diversidade de recursos e variedade de usos da terra, portanto, oferecendo um panorama mais realista no qual testar as oportunidades e desafios da implementação do REDD+. Esta mudança de foco fez com que alguns recursos para Adenda II (assinado em Dezembro de 2011) não fossem usados na sua totalidade. A reflexão foi, no entanto, importante na preparação do caminho para o projecto apoiado pela Noruega na testagem de REDD+ no Corredor da Beira em Moçambique, o qual inclui as províncias de Manica, Sofala e Zambézia. As causas abordadas são as identificadas nos projectos-piloto descritos acima.



*Assinatura do Acordo de Colaboração Sul-Sul entre o Governo de Moçambique e a Fundação Amazonas Sustentável.
Foto: FAS*

1. Introdução

A colaboração REDD Sul-Sul tem sido expressa como sendo a solução para a partilha de conhecimentos e experiências sobre o que funciona ou não funciona, a fim de se promover a inter-aprendizagem e capitalizar os aspectos positivos que funcionaram algures e ajustá-los a outros contextos. No entanto, como foi referido no contexto da implementação deste projecto, não se trata de cópia e transferência de modelos de um país para outro, no caso, do Brasil para Moçambique, mas sim de investigar as condições e o contexto em que os modelos funcionam e adoptar elementos que podem ser replicados.

A colaboração entre Moçambique e Brasil foi presidida por um memorando de entendimento sobre o REDD Sul-Sul: Uma Iniciativa Brasil-Moçambique visando o Desmatamento Zero com relevância Pan-Africana. O memorando foi assinado em 2009 entre o governo de Moçambique, através do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS). O Ministério da Agricultura, através da Direcção Nacional de Terras e Florestas (DNFT), também foi um parceiro fundamental na colaboração e partilhou o papel de coordenação da iniciativa em conjunto com o MICOA. Esta iniciativa tinha por objectivo criar as condições para que Moçambique pudesse embarcar na implementação de REDD+.

A parceria incluiu outras instituições responsáveis, principalmente, pelo provimento de contribuições de natureza técnica. O Instituto Internacional para Ambiente e Desenvolvimento (IIED), em conjunto com a Universidade Eduardo Mondlane, o Centro Terra Centro Viva (uma ONG local) e INDUFOR, ofereceram orientação técnica.

O governo da Noruega disponibilizou um total de £974.710 para a implementação desta iniciativa. Este montante resulta de três contractos assinados em 2009 (£389.109), 2010 (£360.688) e 2011 (£ 224,913).

A iniciativa perseguia os objectivos específicos seguintes: (i) Facilitação de passos rumo à concepção de uma estratégia nacional de REDD para Moçambique através de um processo inclusivo e participativo. (ii) Apoio na preparação do RPP para o Banco Mundial (iii) Reforço da capacidade técnica, institucional e jurídica no âmbito do REDD, (iv) Condução de estudos de viabilidade para identificar potenciais áreas para a implementação de projectos de demonstração do desmatamento zero, reflorestamento e incentivos para as comunidades aderirem ao manejo florestal sustentável e à gestão dos recursos naturais em geral.

A primeira adenda visava: (i) Realização de consultas alargadas a nível provincial sobre a proposta de estratégia nacional de REDD, nas quais não foram realizadas as consultas iniciais (Cabo Delgado, Inhambane e Manica), como também nas restantes sete províncias do país (ii) Publicação e distribuição da proposta de estratégia nacional de REDD, juntamente com um pacote de informações sobre REDD e uma nota informativa da política sobre os principais componentes da estratégia para ser usado nas consultas e, mais amplamente, por instituições de todo o país (iii) Formação de pessoal a nível provincial – em REDD, MRV (monitoramento, relatório e verificação), mecanismos de pagamento propostos, etc. Estas actividades envolveriam o planeamento de cinco sessões de treinamento, durante um dia inteiro em cada local, a partir de Manica, Zambézia, Nampula e Gaza, (iv) análise das possibilidades de aplicação de interpretação de imagens de satélite e GIS para a MRV, com foco na produção de mapas de desmatamento ou degradação de áreas altamente ameaçadas em potenciais locais piloto – bem como informação sobre requisitos necessários para obtenção de dados de longo prazo e parcelas permanentes ao nível do campo.

Finalmente, a Adenda II tinha por objectivo começar a criar a informação de base para pilotos de REDD+ em pelo menos duas áreas-piloto nas províncias de Manica e Nampula. O resultado final foi a elaboração de um conjunto de intervenções viáveis para reduzir as emissões resultantes do uso da terra e da mudança no uso da terra. As actividades incluíram (i) certificação dos direitos da terra e de carbono através do processo de demarcação e emissão de direitos de uso e desenvolvimento e aproveitamento da terra (conhecida como DUAT) em Manica, (ii) desenvolvimento de organizações comunitárias para a implementação de REDD+ em Nampula e Manica, (iii) inventário de usuários da terra abarcando todas as actividades

económicas (sector privado, comunidades e governo) para avaliar a situação socioeconómica do Distrito de Mecuburi em Nampula, (iv) Avaliação da cobertura do solo, causas de desmatamento e estoques de carbono em Mecuburi-Nampula.

De um modo geral, o financiamento permitiu a criação e funcionamento de uma instituição envolvendo múltiplas partes interessadas, compreendendo instituições nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, bem como a academia (universidades). Tal foi essencial para a concepção e implementação de um roteiro robusto que estabeleceu as etapas necessárias para o processo de REDD+ a nível nacional. O contacto com o Brasil também permitiu o intercâmbio de conhecimentos sobre ferramentas de planeamento ao nível local para REDD+. As ferramentas foram particularmente testadas na província de Manica. A construção da proposta de preparação da prontidão para o REDD+ (RPP) foi um marco importante do processo de implementação da colaboração Sul-Sul e marcou, em especial, o papel do apoio técnico ao governo. O RPP de Moçambique foi formalmente apresentado ao Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal em Janeiro de 2012 e aprovado em Março do mesmo ano. Como resultado, o país teve a oportunidade de aceder a US \$ 3,8 milhões para implementar o processo de preparação que deve resultar na criação da estratégia nacional de REDD+, do quadro político e institucional, bem como dos sistemas de nível de referência e de monitoramento para a redução de emissões e de outros benefícios.

2 Processo

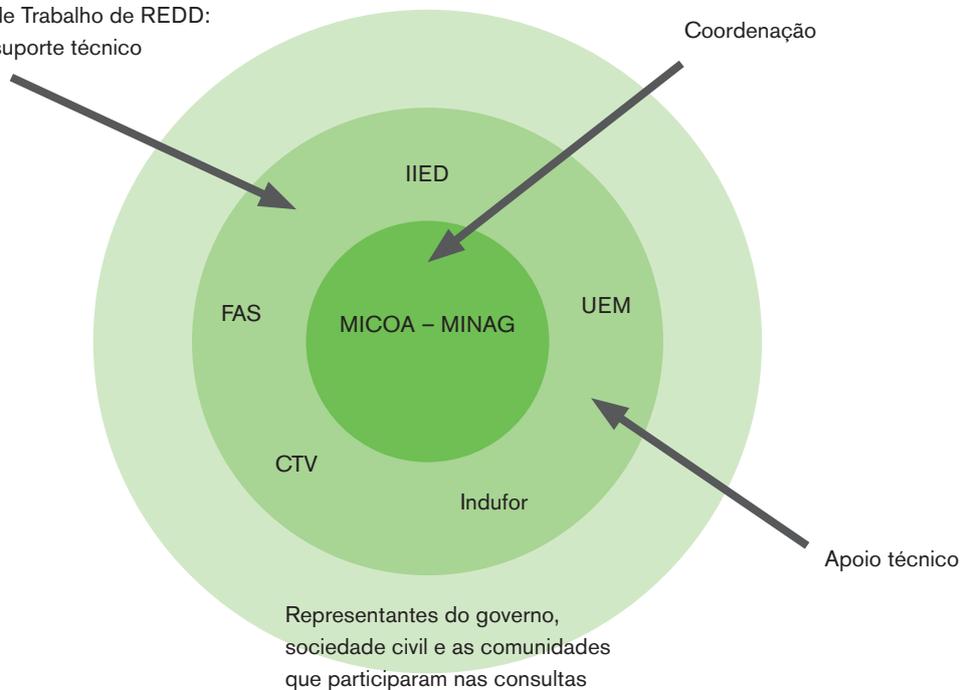
2.1 Grupo de Trabalho REDD

O processo de implementação do REDD+ em Moçambique foi coordenado pelos Ministérios para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e do Ministério da Agricultura (MINAG), com o envolvimento do parceiro do Brasil, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Na qualidade de principal beneficiário desta iniciativa, o governo desempenhou um papel fundamental, garantindo a coordenação interinstitucional a nível nacional e provincial, a qual foi fundamental para a conclusão da iniciativa com sucesso, incluindo o envolvimento de pessoal nas diversas actividades. Ao IIED foi confiada a assinatura dos contractos com o governo da Noruega, gerindo as finanças do projecto e fazendo a coordenação técnica do processo. O IIED trabalhou em estreita colaboração com a Universidade Eduardo Mondlane. O CTV, uma ONG Moçambicana, desempenhou um papel importante no processo de consultas, enquanto INDUFOR providenciou dados específicos relativos à vinculação do processo de REDD+ com a mudança climática no âmbito do apoio que a Finlândia que vinha oferecendo ao sector florestal em Moçambique.

O grupo de trabalho de REDD+ foi estabelecido após uma reunião das partes interessadas, realizada em Novembro 2009 (Figura 1).

Figura 1 Membros do grupo de trabalho de REDD

Grupo Nacional de Trabalho de REDD:
Coordenação + suporte técnico



A nível provincial, todas as actividades relacionadas com a realização de consultas, pesquisa e treinamento, envolveram representantes de governo, a saber as Direcções Provinciais para a Coordenação Ambiental (DPCA) e as Direcções Provinciais de Agricultura (DPA).

Outras agências governamentais, representando diferentes sectores, ao nível do distrito e do sector privado, ONGs e instituições académicas também foram envolvidos quando considerado adequado.

A Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e o Banco Mundial tornaram-se actores chave em 2011, em particular na sequência do acordo entre o governo Japonês e o governo de Moçambique para apoiar na criação de capacidade para o desenvolvimento de sistemas de informação, monitoramento e verificação. O Banco Mundial deu um impulso para a apresentação informal do RPP para o Mecanismo de Parceria do Carbono Florestal (FCPF), aprovado no início de 2012.

O plano de preparação de prontidão (RPP) sugeriu que esta instituição de coordenação interina fosse substituída por uma unidade nacional de REDD+ a ser baseada no MICOA e dirigida em conjunto com o MINAG, apoiada por um comité técnico multidisciplinar. O governo está em processo de estabelecimento da unidade e designou já o coordenador nacional oficial de REDD+ e o assessor técnico.

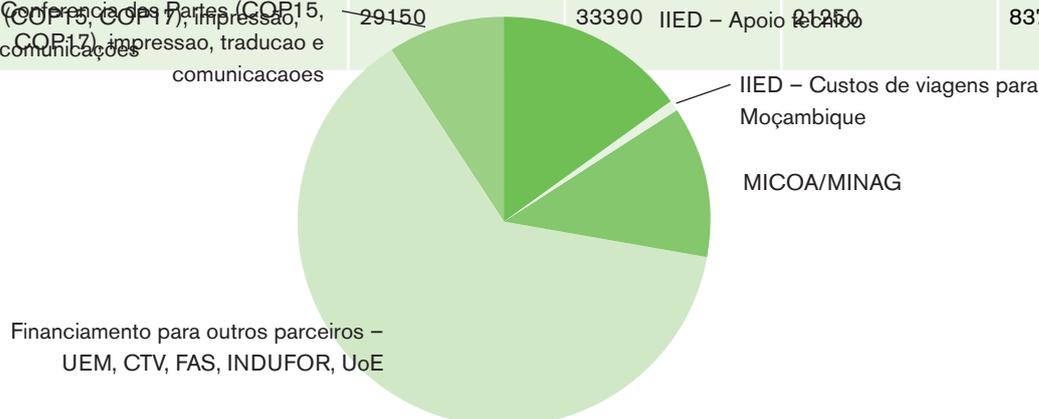
2.2 Finanças

Como foi referido anteriormente, o IIED foi responsável pela gestão dos recursos financeiros disponibilizados pelo governo da Noruega através da sua embaixada em Maputo. Os principais custos associados à entrada do IIED incluíram o envolvimento directo no desenvolvimento do documento de discussão sobre o âmbito e escala do REDD+ em Moçambique, a elaboração de termos de referência para todas as instituições envolvidas, incluindo o envolvimento de consultores da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), e o pessoal do MICOA e MINAG na pesquisa, a elaboração do programa de consulta, em coordenação com outras instituições, a facilitação e condução de reuniões e consultas realizadas no decurso do projecto. Adicionalmente, o IIED assumiu a edição e publicação do material impresso, produzido durante a implementação do projecto.

Uma das questões-chave levantada em particular por alguns funcionários do governo foi sobre a quantidade de recursos que estavam a ser usados pelo IIED. Como pode ser observado na Tabela 1, abaixo, 16 por cento do orçamento total do projecto foi alocado a subsídios técnicos do IIED e a viagens a Moçambique. Cerca de 12 por cento foi conduzido ao MICOA e ao MINAG para a realização de viagens para reuniões de consulta nas províncias e despesas de reuniões em Maputo; cerca de 9 por cento cobriu viagens internacionais ao Brasil e à Conferência das Partes (COPs) para todos os parceiros envolvidos nestas actividades, enquanto cerca de 63 por cento cobriu as actividades técnicas desenvolvidas pela UEM, Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Centro Terra Viva (CTV) uma ONG de Moçambique, Universidade de Edimburgo e INDUFOR empresa finlandesa de consultoria privada. A percentagem de recursos conduzidos aos parceiros inclui o custo de apoio técnico e o financiamento de actividades como consulta e formação.

Tabela 1 Contratos assinados com a Embaixada da Noruega em Maputo

	Novembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2011	Total
	Libras	Libras	Libras	Libras
Valor do contrato	389109	360688	224913	974710
IIED – apoio técnico	37136	47033	65063	149232
IIED viagens a Moçambique	7800	3765	7200	10965
MICOA/MINAG	65750	32000	15000	112750
Outros Parceiros – UEM, CTV, FAS, INDUFOR, Universidade de Edimburgo	249273	244500	116400	610173
Seminários (COP15, COP16, COP17), impressão, tradução e comunicações	29150	33390	21250	83790



Parte dos recursos financeiros alocados ao MICOA e MINAG visavam reforçar a capacidade de trabalho daquelas instituições. O MICOA adquiriu laptops para ajudar na realização do trabalho conduzido pelo pessoal de ambas as instituições.

2.3 Roteiro: inclusão, prioridades e orientações nacionais FCPF

O roteiro inicial desenvolvido para a implementação de REDD+ em Moçambique contemplou a realização de cinco reuniões até Setembro de 2010 para discutir, em primeiro lugar, a taxa de desmatamento e opções para o desenvolvimento de níveis de referência e definir sistemas de comunicação, monitoramento e verificação. Em segundo lugar discutir o alcance e a escala do REDD+ em Moçambique, em terceiro lugar, as opções de consulta, em quarto, as opções de mecanismos de pagamento e, finalmente, os acordos institucionais. Detalhes podem ser encontrados no primeiro relatório do projecto.

Entretanto, o plano inicial foi alterado quando a Ministra do Meio Ambiente solicitou que a equipa trabalhasse no sentido de produzir informação sobre o que é REDD+ e as suas implicações para o país, tendo igualmente solicitado que se trabalhasse na proposta de uma estratégia nacional para este mecanismo. A percepção era que havia a necessidade de se envolver os legisladores no início do processo e que o país precisava de desenvolver um instrumento orientador para o processo. A equipa retornou ao desenho do plano, para elaborar um processo capaz de atender às necessidades imediatas do governo, bem como acompanhar de perto os requisitos e as directrizes do Mecanismo de Parceria do Carbono Florestal (FCPF). Todas as fases voltadas a informar um processo de consulta, as mudanças na sua lógica e sua programação é analisado no relatório do segundo projecto. Em poucas palavras, Agosto de 2010 foi o novo prazo definido para a conclusão da proposta de estratégia.

Assim, foram efectuados e utilizados para informar a consulta, os seguintes estudos-chave:

- Alvo e escala do REDD+ por Isilda Nhantumbo do IIED. Este analisou e apresentou razões para REDD+, incluindo a análise de políticas, arranjos institucionais e experiências no combate ao desmatamento e à degradação florestal.
- O nível de referência e monitoramento, relatório e verificação, que dissertou sobre os diferentes níveis de complexidade na avaliação das reservas e mudanças de carbono como resultado de uso e manejo das florestas. Foram estudadas a Fase 1, Fase 2 e Fase 3 do IPCC para definição da aplicabilidade das metodologias, tendo em conta os dados disponíveis de inventários compilados pela DNTF e pesquisas realizadas pela UEM por mais de uma década. O trabalho foi conduzido pelo professor Almeida Siteo e pelo Engenheiro Benard Guedes da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF).
- Uma breve exposição das melhores práticas em processos de consulta, preparado por Alda Salomão do IIED. Este foi compartilhado com as partes interessadas, no início do processo de consulta, em Fevereiro de 2010.
- A Engenheira Thais Megid da FAS contribuiu com reflexões sobre a experiência de implementação do REDD+ nas comunidades do Estado do Amazonas incluindo a organização institucional, destacando a parceria público-privado que permite a geração de fundos para as iniciativas e os pacotes de incentivos, bem como o rol de actividades financiadas. O líder desta instituição, Virgílio Viana contribuiu na discussão de questões estratégicas da implementação do REDD+ em Moçambique, tais como a estrutura, fontes de financiamento e sua distribuição.
- Identificação das causas do desmatamento e degradação florestal, documentação de iniciativas de manejo comunitário dos recursos naturais, experiência de descentralização de outras intervenções rumo ao uso sustentável dos recursos.
 - ◆ A Dra. Romana Rombe (especialista florestal) conduziu o trabalho em conjunto com o Dr. Domingos Cugala (especialista em agricultura) e o Dr. Matias Farahane (economista), no norte de Moçambique, com particular destaque para as províncias de Nampula e Niassa.
 - ◆ Os Eng.º Carla Cuambe e Julião Cuambe da DNTF em colaboração com Felicidade Massingue e Borguete Rogério, da UEM, trabalharam nas províncias centrais de Tete e Sofala.
 - ◆ O Eng.º Castelo Banze, um especialista em inventário na DNTF, trabalhou na Zambézia, com foco na análise do sistema de gestão de informação para os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro (SPGC).
 - ◆ O Eng.º Mário Chilundo (engenheiro rural), a Eng.ª Anselmina Liphola (engenheira florestal), o Eng.º Paiva Munguambe (engenheiro rural) da FAEF, o Dr. Francisco Sambo (meteorologista) do MICOA, o Eng.º Luis Sande e o Eng.º Pachis Mugas (especialistas em inventário na DNTF) efectuaram uma análise similar para as províncias de Gaza e Maputo.
 - ◆ Como foi referido anteriormente, em cada uma das províncias, o pessoal da DPCA e DPA esteve envolvido no trabalho de campo.
- Os relatórios dos estudos e os documentos de reflexão acima referidos, apoiaram a tomada de decisão sobre as opções de Moçambique e foram incorporados no RPP e na proposta de estratégia nacional do REDD+.



Reserva Florestal de Mecehuri em Nampula, Moçambique. Equipa de campo entrevistando agricultores locais para colher informação para o desenho da estratégia nacional de REDD+ visando reduzir o desmatamento e satisfação as necessidades da população local. © Mike Goldwater

■ As reuniões de consulta envolveram equipas multidisciplinares, com o MICOA e o MINAG, até então, assumindo o papel principal na facilitação e apresentação do processo, enquanto o IIED apresentou o âmbito e a escala do REDD+, pagamentos pelos serviços ambientais, partilhando a facilitação quando necessário. A UEM apresentou o trabalho sobre os níveis de referência, MRV e causas do desmatamento e degradação. A DNTF reflectiu sobre sistemas de gestão de informação. O cronograma de consultas e responsabilidades em 2010 foi o seguinte:

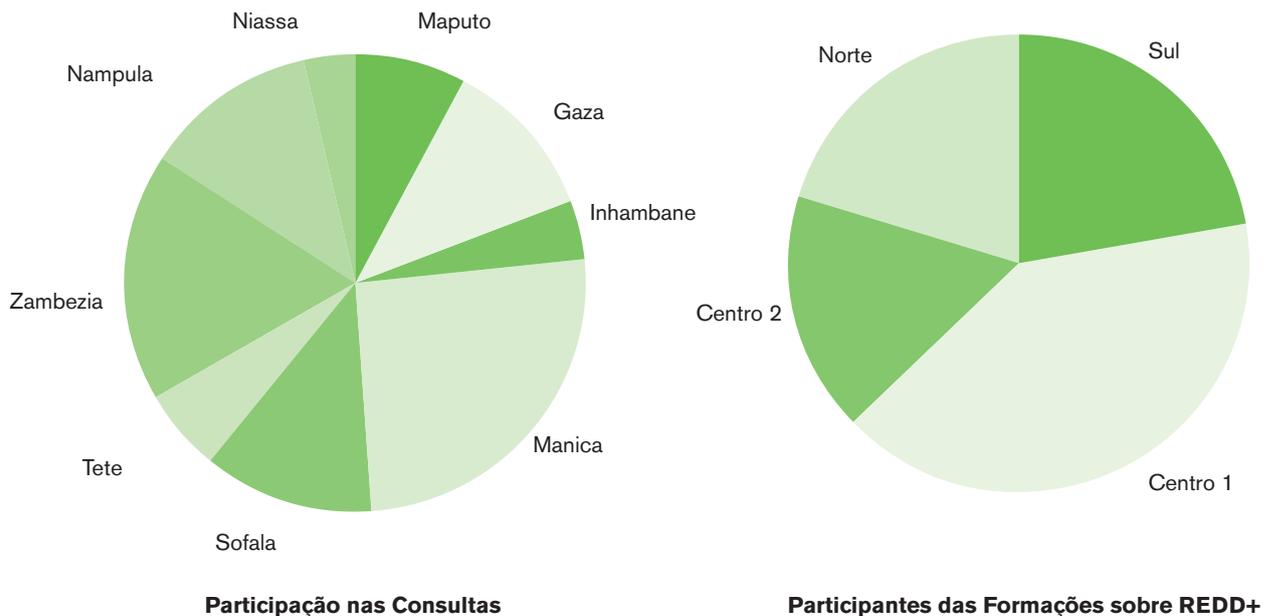
- ◆ Gaza – 27 de Abril: organização conduzida pelo MICOA e IIED
- ◆ Niassa – 3 de Maio: organização conduzida pelo MICOA e UEM
- ◆ Nampula – 7 de Maio: organização conduzida pelo MICOA e IIED
- ◆ Tete – 10–11 de Maio organização conduzida pelo MICOA e CTV
- ◆ Zambézia – 10–11 de Maio organização conduzida pelo MINAG e UEM

Estas eram consultas de nível provincial, com pelo menos três representantes de todos os distritos dentro de cada província. Nampula teve 100 por cento de representação de todos os distritos. A forma como as consultas foram organizadas garantiu a partilha das principais recomendações de consultas anteriores. Isto permitiu a validação das recomendações, bem como a compreensão de aspectos específicos do local. Por exemplo, Nampula é o único local com um crescimento populacional muito alto devido à religião e à tradição costumeira de casamentos prematuros. Os participantes mostraram-se um tanto pessimistas em relação a implementação de REDD+ naquele contexto, dada a aparente dificuldade de conciliar o REDD+ com a crescente demanda por materiais de energia, terra e construção na província.

Seminários regionais também foram realizados em Maputo (para o sul), Sofala (para o centro) e Nampula (para o norte), visando assegurar que decisões-chave fossem tomadas. O primeiro encontro regional incluiu o âmbito e escala do REDD+, quadros legais e institucionais, níveis de referência e organização de consultas. O segundo versou sobre o uso da terra e mudança no uso da terra, o pagamento por serviços de ecossistemas, finanças e partilha de benefícios. O quadro de implementação e a proposta de estratégia nacional de REDD+ foram apresentados em Nampula, em Julho de 2010.

A estratégia foi também objecto de maior divulgação e consulta em 2011, num processo liderado pelo MICOA, MINAG e CTV. O foco da consulta desta vez centrou-se nas comunidades e usuários da terra a nível local.

Ao todo, mais de 1.500 pessoas participaram directamente nas várias consultas que tiveram lugar entre 2010 e 2011 e mais de 200 na formação sobre o REDD+. A Figura 2 representa o nível de participação por província e região respectivamente. De notar que os participantes da província de Cabo Delgado foram incluídos na província de Nampula dado o número relativamente menor.

Figura 2 Participantes das consultas e formação no âmbito do REDD+

Apesar das críticas feitas ao processo por algumas ONGs como Justiça Ambiental, esta é uma conquista notável, uma vez que desde o início dos anos 1990, quando a campanha terra foi realizada, nunca tinha sido elaborado um documento de política com o envolvimento sistemático e abrangente das partes interessadas a todos os níveis: comunidades, sector privado, governo, ONGs e academia. O processo foi possível graças ao compromisso do governo, sobretudo a nível provincial, onde o pessoal do governo atingiu aqueles que se encontram em áreas remotas para capacitá-los a participar. As DPCA e DPA empenharam-se na mobilização dos participantes de outros sectores, tais como planificação, finanças, obras públicas, energia, recursos minerais, governos distritais e técnicos de planificação, infraestruturas e actividades económicas. É claro que melhorias poderão ser sempre introduzidas e a Direcção Provincial de Coordenação da Acção Ambiental de Nampula poderia partilhar lições sobre a melhor prática quando se trata de mobilizar os interessados a participar de processos políticos.

Embora este processo tenha permitido a Moçambique definir as prioridades relevantes para o país, tornou-se também evidente que as prioridades do governo e exigências do FCPF no que diz respeito ao processo, de certa forma entraram em conflito. Processos de negociação técnica e política correram em paralelo, resultando no adiamento do processo de aprovação da estratégia REDD+ para Moçambique para seguir o processo do FCPF segundo o qual a finalização do RPP deve anteceder a aprovação da estratégia. Em Agosto de 2010, Moçambique apresentou informalmente o RPP para discussão na reunião FCPF realizada em Outubro de 2011, em Bona na Alemanha. Posteriormente, a apresentação formal foi feita em Janeiro de 2012, a aprovação pelo FCPF ocorreu em Março 2012, em Assunção no Paraguai.

2.4 Capacitação: formação no país e visitas de intercâmbio

Embora, durante o processo de consulta, a introdução de conceitos de REDD+ tenha sido frequentemente discutida, sentiu-se a necessidade de se levar a cabo uma acção de formação direccionada, munindo o pessoal técnico nas diversas regiões do país, com informações mais detalhadas. A Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da UEM, em colaboração com o CTV organizou, em Julho de 2011, acções de formação em quatro locais: Chimoio, onde para além dos representantes de Manica, estiveram representantes de Tete e Sofala, em Quelimane para participantes da província da Zambézia, em Nampula onde estiveram também representantes de Cabo Delgado e Niassa e, finalmente, em Xai-Xai que abrangeu participantes de Maputo e Inhambane (a figura 2 na secção anterior mostra a participação relativa a cada região).

O grupo-alvo destas acções de formação incluiu representantes dos Conselhos para a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (COGEP) das áreas piloto seleccionadas para REDD+. Os conselhos são instituições locais criadas no contexto da legislação florestal e fauna bravia. Os outros beneficiários incluíram técnicos do sector público (agricultura, florestas, energia, mineração, infra-estrutura e turismo); jornalistas baseados nas províncias, activistas de educação e sensibilização ambiental; ONGs envolvidas na gestão comunitária de recursos naturais, tais como a Fundação MICAIA que trabalha em modelos de negócios inclusivos, ORAM no apoio à edificação das instituições locais, formalização da posse da terra e no maneio comunitário dos recursos naturais, RADEZA que trabalha com o desenvolvimento local e gestão sustentável dos recursos naturais, Fórum Terra especializado em direitos à terra, ADEL especializada no desenvolvimento local, ITC que apoia o fortalecimento da posse da terra e implementação de empreendimentos ligados aos recursos naturais com base em planos de negócios e outros do sector privado, particularmente envolvidos na floresta, agricultura e mineração, bem como universidades e instituições locais de pesquisa.



*Formação de entidades do governo, ONGs, sector privado e académicos ao nível provincial e regional.
Foto: UEM-FAEF/DEF*

Mais de 200 pessoas participaram na formação. Destas, um quarto eram mulheres. Em termos de representação de instituições, 56% eram do governo, 19% ONGs e 16% da academia. Os restantes representam o sector privado, média e representantes da comunidade. Isso mostra que o grupo alvo era constituído por pessoal técnico que precisa de ser munido de informações básicas sobre REDD+.

A formação de dois dias abordou: (i) alterações climáticas e conceitos de florestas, causas, papel dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos, impactos e vulnerabilidade, negociações internacionais, (ii) florestas e REDD+ – formações florestais em Moçambique e redução de emissões de carbono, relação entre o uso da terra, mudança no uso da terra e mudanças climáticas, principais causas na região, opções para reduzir as emissões, (iii) opções de REDD+ em Moçambique, âmbito e escala, quadros legais e institucionais, papel que as comunidades e outros usuários da terra podem jogar na abordagem das causas do desmatamento e degradação florestal, uma análise mais aprofundada do papel que desempenham os usuários locais nas emissões (iv) metodologias para a avaliação da mudança de florestas para outros usos, medição das estoques de carbono nos diferentes estratos de florestas, sistemas de comunicação, monitoramento e verificação; (v) experiência de REDD+ no Brasil, em particular, a implementação do Programa Bolsa Floresta (processos e resultados). As palestras foram combinadas com debate. Uma vez mais os participantes corroboraram com as conclusões dos estudos e consultas que apontam que a exploração de madeira para energia de biomassa é um dos principais agentes do desmatamento e degradação em Moçambique, uma vez que queimam para criar novas áreas de cultivo, pastagem, mineração e de exploração de madeira, bem como construção de infra-estruturas públicas.

Os participantes também listaram uma série de usos alternativos da terra que poderiam atenuar os impactos do desmatamento e degradação florestal. Estes incluem: agricultura sustentável, intensificada e sistemas agroflorestais, a introdução de fornos eficientes para a produção de carvão vegetal, bem como fogões eficientes para reduzir a demanda em áreas urbanas, o uso de fontes alternativas de energia limpa, incluindo electricidade e biogás; reforestamento e recuperação de áreas degradadas, apicultura e aumento da sensibilização e educação ambiental, bem como o fortalecimento da aplicação da lei.

A recomendação dada foi a de que futuras acções de formação deveriam incluir uma componente prática, especialmente para demonstrar a medição das estoques de carbono, a necessidade de elaborar custos e benefícios do REDD+, incluindo fontes de financiamento, parcerias e beneficiar mecanismos de partilha, a necessidade de dar formação mais orientada para a liderança local, reforço da lei e fiscais adicionais.

Além da formação, que beneficiou as partes interessadas locais, o financiamento também permitiu que os membros do grupo de trabalho de REDD+ se envolvessem em visitas de intercâmbio, em particular, à FAS e outras instituições no Brasil para entender in loco sobre o desenvolvimento de REDD+. Os membros do grupo de trabalho de REDD+ da UEM, MICOA, MINAG e CTV foram os principais beneficiários dos intercâmbios. A FAS designou, igualmente, técnicos (em particular a Thais Megid e depois a Luiza Lima) que se envolveram de forma contínua com o processo e visitaram o país durante a vigência da colaboração Sul-Sul.

O projecto organizou um evento paralelo em Copenhaga para lançar a colaboração Sul-Sul entre Moçambique e Brasil e partilhar o método que definiu as metas a serem cumpridas.

Os parceiros Sul-Sul estiveram também em Durban e participaram em dois eventos. Um deles foi um seminário de um dia organizado pelo IIED sob o tema 'Como é que o REDD+ pode ser implementado a um baixo custo e promover a agenda de redução da pobreza. Paula Panguene, a Coordenadora Nacional do REDD+ participou no painel de discussão com a Indonésia, Uganda e Tanzânia sobre colaboração Sul-Sul, suas lições e desafios. Em parceria com o Grupo de Aprendizagem de Governação Florestal (FGLG) do IIED e o Fórum de Recursos Naturais da Tanzânia (TNRN), foi organizado um intercâmbio Moçambique-Tanzânia para discutir as prioridades essenciais para a aprendizagem e colaboração entre os dois países no âmbito do REDD+. A reunião contou com a participação de representantes dos governos (florestas e mudanças climáticas) dos dois países, bem como representantes de universidades e organizações não-governamentais. As áreas identificadas para a colaboração foram o desenvolvimento de níveis de referência e monitoramento, relatório e verificação, em particular, tendo em conta a forma como o comércio transfronteiriço de madeira pode ter impacto sobre REDD+, desenvolvimento de capacidades e partilha de lições dos pilotos de REDD+.

A FAS e CIFOR também organizaram um painel de discussão sobre lições da colaboração Sul-Sul com um painel presidido pelo então Director do UN-REDD e incluindo IIED, FCPF, CIFOR e ministros do governo do Brasil e da República Democrática do Congo.

Essas trocas forneceram plataformas importantes para os parceiros de Moçambique aprenderem de outras experiências e também compartilhar os desafios e oportunidades que a colaboração Sul-Sul pode trazer para o processo de REDD+.



Delegação Moçambicana constituída pelo MICOA, MINAG, UEM e CTV acompanhada por técnicos da FAS em viagem para visita comunidades implementado o REDD+ em Amazonas. Foto: FAS

3 Principais resultados

3.1 Plano de prontidão e projecto de estratégia

A colaboração Sul-Sul com o apoio do governo da Noruega resultou na formulação da proposta de estratégia de REDD+ e desenvolvimento de RPP que pode ser encontrado no site do FCPF (http://www.forestcarbonpartnership.org/sites/forestcarbonpartnership.org/files/Documents/PDF/Mar2012/Mozambique_RPP_March07_2012rev2-FINAL.pdf). A estratégia será revista durante o processo de implementação deste plano de prontidão.

Diversos documentos de base e apresentações na sua maioria preparados pelo IIED e UEM com a informação da FAS em lições específicas do Brasil constituíram a base para debates desenvolvidos durante as consultas. Nem todos os documentos e apresentações foram editados para publicação.

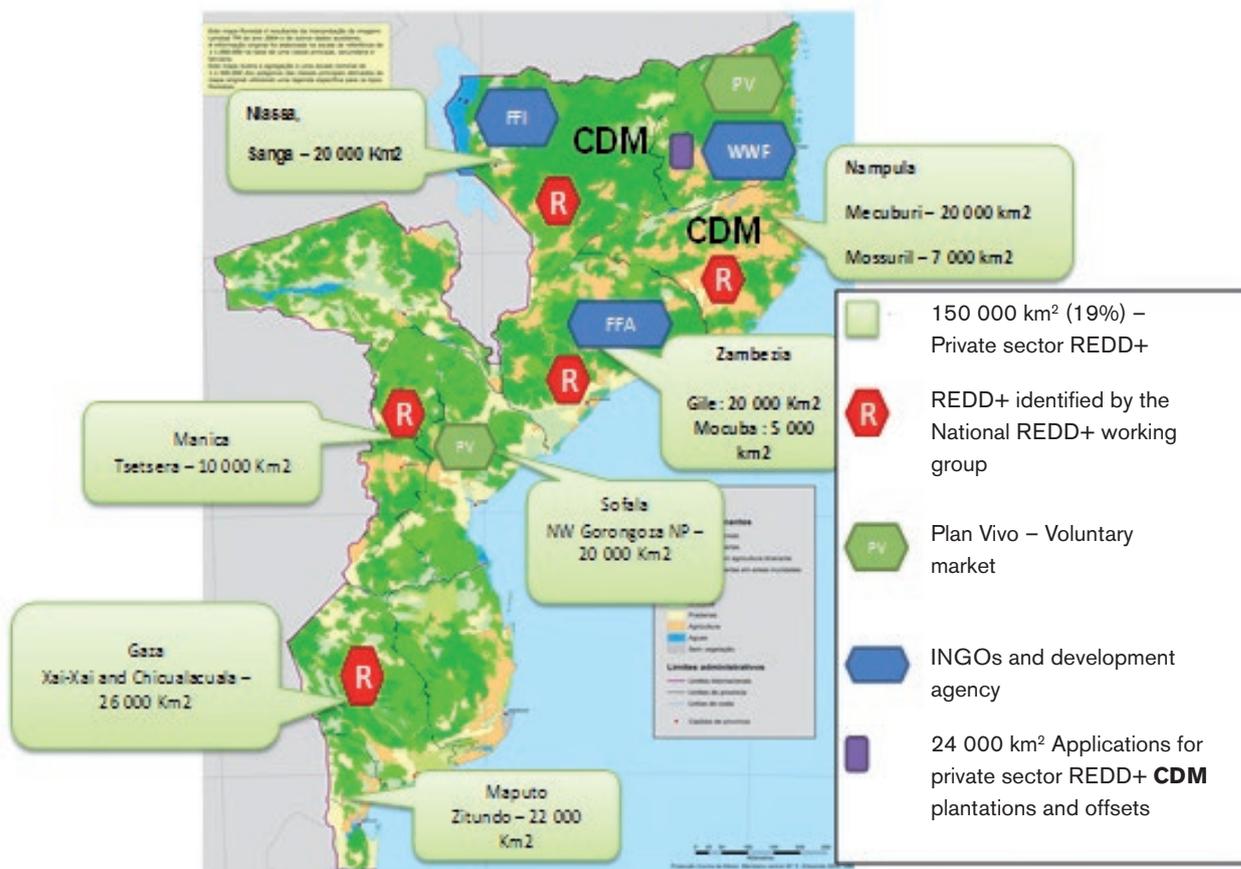
3.2 Pilotos de REDD+

Um dos principais resultados da consulta foi a identificação, pelos interessados, de áreas piloto (marcadas a vermelho na Figura 3). Estas áreas foram seleccionadas para incluir a diversidade de causas de desmatamento e degradação florestal que prevalecem ao longo do país. Destaca-se a transformação de florestas nativas em plantações industriais que pode influir sobre o balanço de carbono e biodiversidade, a exploração de madeira (em Sofala e Zambézia em particular), a exploração de energia de biomassa com destaque para as províncias de Gaza e Nampula, o conflito entre conservação e actividades de subsistência ao redor de áreas protegidas como o caso de Manica e Sofala, o impacto das infra-estruturas como vias de comunicação que por um lado facilitam investimentos e o acesso ao mercado, mas por outro podem afectar o acervo de florestas e os reservas de carbono. As razões por detrás destas causas incluem a dinâmica demográfica e as políticas macroeconómicas, incentivos fiscais e não fiscais para os diversos investimentos sem observância rigorosa e capacidade de monitoramento de salvaguardas ambientais e sociais.

O mapa também mostra iniciativas de mitigação das mudanças climáticas em curso, implementadas pelo sector privado, como a aplicação da norma Plano Vivo em Sofala e outros projectos de larga escala envolvendo o plantio de árvores para fins industriais. Estes também procuram tirar vantagem do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) para certificar a contribuição das árvores plantadas para o sequestro de carbono. Como foi anteriormente referido o benefício líquido, tanto em termos de balanço de carbono como de biodiversidade pode ser tema de debate. Um fenómeno peculiar foi o facto de uma empresa utilizar os resultados de uma ampla consulta nacional no âmbito desta colaboração Sul-Sul para definir áreas-piloto onde pretende(ia) implementar REDD+ – a área total não é inferior a 19 por cento de todo o país. Outra empresa candidatou-se à alocação de cerca de 50 por cento da província de Cabo Delgado. O sector privado tem um papel importante a desempenhar no âmbito do REDD+, todavia a clarificação das salvaguardas ambientais e sociais é igualmente fundamental para evitar impactos adversos.

Obviamente que esta situação alarmou os envolvidos no processo de REDD+, não apenas por causa da grandeza das áreas que o sector privado queria adquirir, mas também porque as suas utilizações tomaram as prioridades definidas no processo nacional para implementação por apenas um agente. As empresas imprimiram um forte *lobby*, mobilizando os legisladores a nível provincial e nacional, no sentido de apoiar o seu interesse e tentar obter a anuência dos membros do grupo de trabalho de REDD+. Em resposta, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental e o Ministério da Agricultura iniciaram um processo de elaboração de uma legislação para a regulamentação do processo de engajamento em pilotos de REDD+ no país. O referido processo ainda não foi concluído.

Figura 3 Projectos-piloto REDD+ e a intenção de investimentos privados



3.3 Avaliação da perda de carbono em quatro distritos de Manica

A Universidade de Edimburgo realizou um estudo no qual analisou a mudança da cobertura florestal e de reservas de carbono numa área de 7.500 km², nos distritos de Manica, Gondola, Chibabava e na cidade de Chimoio. A análise foi baseada num radar sensorial remoto de imagens ALOS PALSAR, de 2007 a 2010. Os resultados mostraram uma perda rápida de biomassa na área em estudo durante estes anos, com reservas de carbono florestal perdidos em cerca de $3,1 \pm 2,1$ por cento ao ano. Esta perda foi atribuída em partes aproximadamente iguais ao desmatamento e degradação. A perda líquida de carbono foi atribuída principalmente à expansão da agricultura de pequena escala (46 por cento), produção de carvão (18 por cento) e de assentamento (9 por cento). Outras actividades, incluindo infra-estruturas, recolha de material de construção e colheita de mel, causaram um adicional de 24 por cento da perda.

Este estudo foi fundamental para testar como determinar as mudanças de uso da terra ao longo do tempo e avaliar as emissões associadas. Enquanto o resultado mostra mudança muito rápida de biomassa em uma das áreas-piloto de REDD+, tornou-se evidente que não foi só preciso ampliar o estudo para outras áreas da região, mas também efectuar uma nova avaliação de outras metodologias para garantir que os dados usados reflectem a mudança histórica na cobertura da terra e no seu uso, bem como reduzir as incertezas nas observações. A lição é levada adiante no contexto de teste do REDD+ no Corredor da Beira. O objectivo da utilização de metodologias mais robustas é desenvolver os níveis de referência sub-nacionais considerando o desmatamento e degradação históricos que podem, potencialmente, ser extrapolados para o nível nacional.

3.4 Avaliando a ocupação da terra e impacto potencial no REDD+

Os estudos sobre causas do desmatamento e da degradação florestal efectuados em todas as regiões indicaram um conjunto comum de actividades que contribuem para a mudança de cobertura da terra. Para entender melhor as causas, o projecto comprometeu-se a mapear as alocações de terra na esperança de compreender o grau em que os direitos de uso formais podem elucidar sobre o impacto da cobertura da terra. A Fundação MICAIA trabalhou com o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) em Manica e com os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro (SPGC) para mapear distribuição de terra e deste modo a posse, nas províncias de Manica e Sofala.

Em ambos os mapas (Figuras 4 e 5), o amarelo representa as áreas para as quais foram emitidos DUATs, enquanto o verde representa as áreas com operadores de licenças simples, concessões e áreas de conservação. Os dois mapas parecem diferir significativamente na quantidade de terra para a qual foram alocados DUATs. No entanto, este é mais um reflexo do grau de digitalização de DUATs realizado nas duas províncias – o mapa de Sofala é muito menos realista em termos de DUATs emitidos. Além disso, a informação disponível em formato de mapa não foi acompanhada de informação quantitativa, indicando as áreas atribuídas e nem os objectivos para os quais essa atribuição foi realizada e não indica se a terra está a ser usada de acordo com o plano.

Figura 4 DUATs emitidos e dados digitalizados em Manica

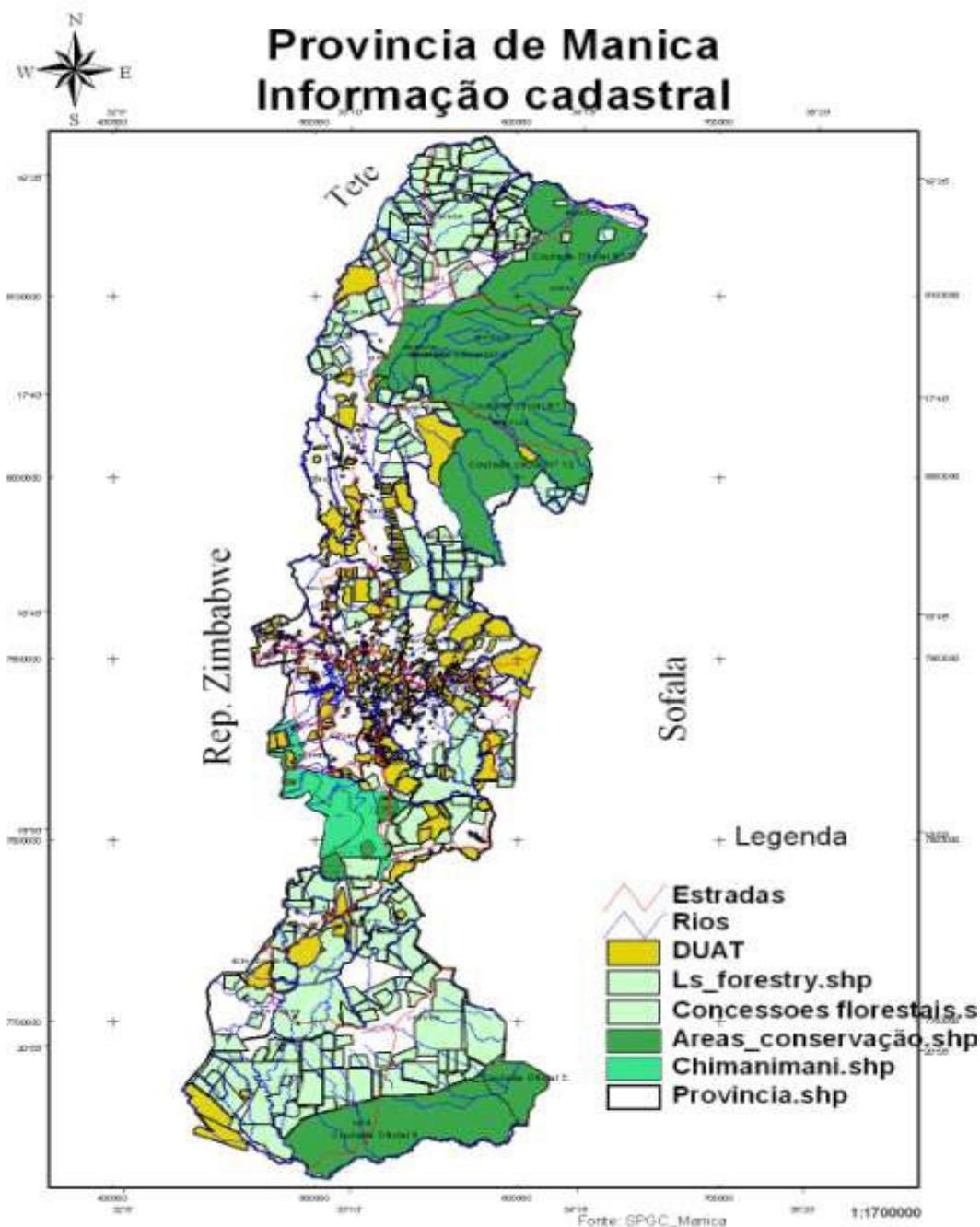
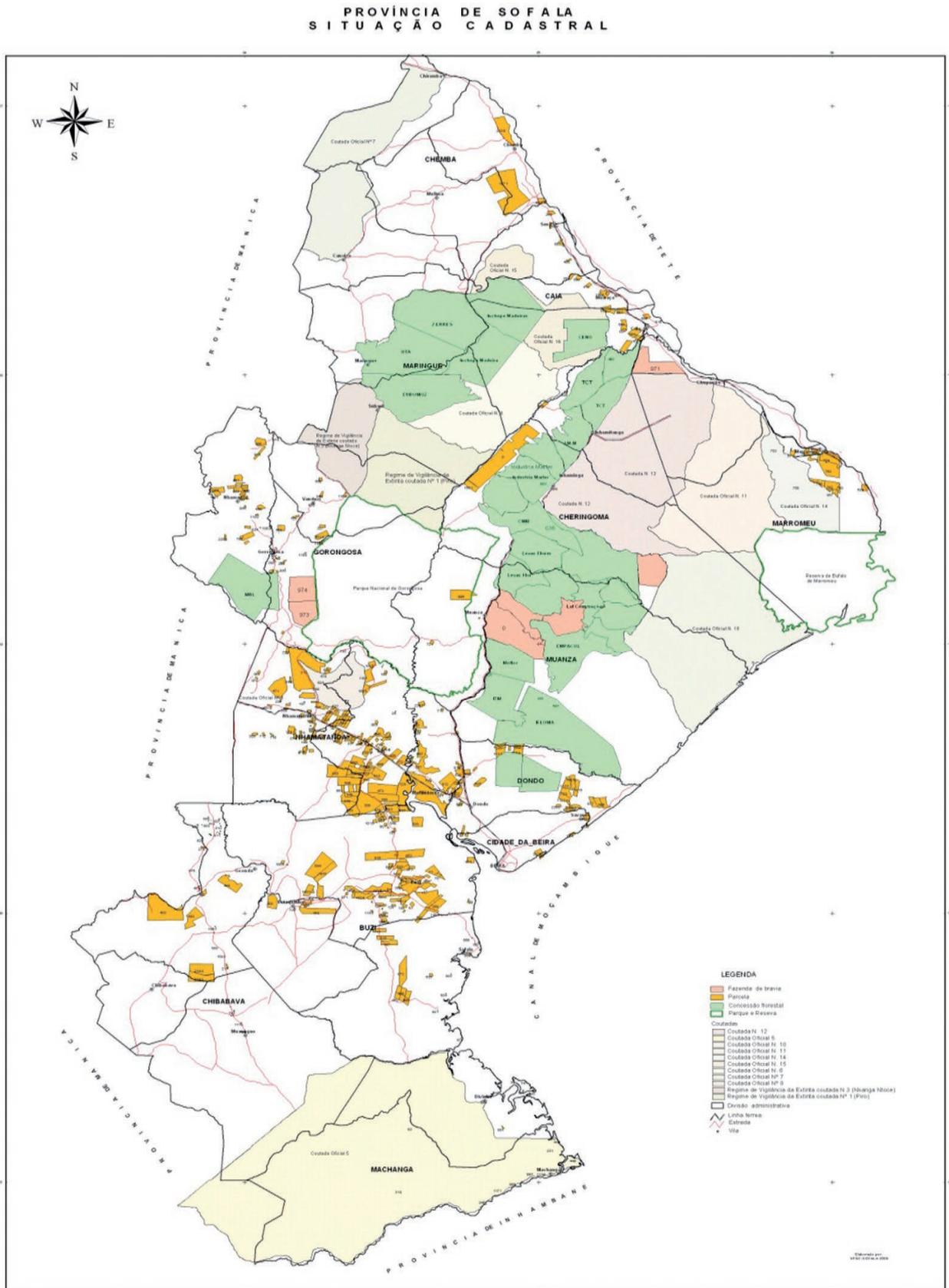


Figura 5 DUATs emitidos e informação digitalizada em Sofala



Mais uma vez, embora este quadro inicial seja útil, prevê-se a realização de mais pesquisa para estabelecer uma melhor ligação entre as aplicações, alocação de terras e as reais causas de desmatamento e degradação florestal. Esta informação irá fornecer explicações mais esclarecedoras relativamente às perdas das reservas de carbono associadas ao uso da terra e avaliar em que medida os planos de desenvolvimento e as actividades económicas podem representar diferentes cenários de níveis de referência a nível sub-nacional.

3.5 Publicações

Vários relatórios (estudos), apresentações em PowerPoint (usados em consultas) e briefings de política (reflectindo sobre as principais lições e recomendações) foram produzidos no decurso da execução da colaboração Sul-Sul. Dentro do possível, foram impressas e compartilhadas cópias durante as diversas reuniões de consulta e foram também partilhadas com as partes interessadas. As quantidades das publicações produzidas variaram entre 300 e 500 cópias, conforme a língua em que foram impressas – em Inglês ou em Português.

1. Linha de Referência, Medição, Relatório e Verificação para o REDD+ em Moçambique – liderada pela UEM (FAEF), submetido à revisão para publicação durante 2013.
2. Levantamento de Dados para a Estratégia Nacional de Redução de Emissões de GEE por Desmatamento e Degradação de Florestas na Província de Nampula. Romana Bandeira Domingos Cugala e Matias Farahane (2010). Não publicado.
3. Preparação da estratégia nacional de REDD em Moçambique. Relatório das províncias de Gaza e Maputo, Componente de agricultura. Mário Chilundo, Felicidade Massingue, Rogério Borguete e Paiva Munguambe (2010). Não publicado
4. Redução de emissões desmatamento e degradação em Moçambique: uma oportunidade para revitalizar o manejo florestal sustentável – RIEM 4 com artigo, por Isilda Nhantumbo, 2010
5. Desmatamento, Linha de Base Nacional, Monitoria, Relatório e Verificação (MRV). – RIEM 5, por Almeida Siteo e Benard Guedes, 2010
6. <http://pubs.iied.org/pdfs/13563IIED.pdf> – Âmbito e escala do REDD+ – Português
7. <http://pubs.iied.org/pdfs/17112PIIED.pdf> – REDD+: pronto para envolver o sector privado? – Português
8. <http://pubs.iied.org/pdfs/17112IIED.pdf> – REDD+: pronto para envolver o sector privado? – Inglês
9. <http://pubs.iied.org/pdfs/17118PIIED.pdf> – Colaboração Sul-Sul: além da retórica – Inglês
10. <http://pubs.iied.org/pdfs/G03430.pdf> – Aprofundando o REDD+ – Inglês
11. <http://pubs.iied.org/pdfs/G03431.pdf> – Aprofundando o REDD+ – Portuguese
12. <http://pubs.iied.org/pdfs/G03225.pdf> – Relatório do evento de Durban – Inglês
13. <http://pubs.iied.org/pdfs/17140IIED.pdf> – Avaliação das perdas de carbono – Inglês
14. <http://pubs.iied.org/pdfs/17139IIED.pdf> – Processos de REDD+ em Moçambique e Tanzânia – Inglês
15. <http://pubs.iied.org/pdfs/13562IIED.pdf> – Planeamento participativo de lições de REDD+ do Brasil para Moçambique pela FAS – Português
16. <http://pubs.iied.org/pdfs/G02603.pdf> – Primeiro relatório de progresso da cooperação REDD Sul-Sul
17. <http://pubs.iied.org/pdfs/G03116.pdf> – Segundo relatório de progresso da cooperação REDD Sul-Sul
18. <http://pubs.iied.org/pdfs/G03132.pdf> – Terceiro relatório de progresso da cooperação REDD Sul-Sul
19. Perda de biomassa florestal na província de Manica, Moçambique: Tendências Recentes e Perspectivas Futuras: uma contribuição para a cooperação REDD Sul-Sul – uma iniciativa Brasil-Moçambique para o desmatamento zero, com relevância pan-Africana. A Universidade de Edimburgo submeteu um relatório e um breve artigo de jornal para revisão e possível publicação – Inglês.
20. <http://www.iied.org/if-tree-falls-short-film-mozambican-forests> um curto documentário “Quando uma árvore cai” sobre as causas do desmatamento e degradação florestal. Filmado em 2010 em Nampula e Maputo por Mike e Sam Goldwater. Produziram igualmente uma série de imagens que podem ser encontradas no site <http://www.iied.org/why-redd-matters-mozambique-story-pictures>.

21. <http://www.unep.org/south-south-cooperation/case/casefiles.aspx?csno=52> – Colaboração Sul-Sul para o REDD +: Uma parceria Brasil-Moçambique. Mecanismo UNEP de intercâmbio e cooperação Sul – Sul. – Inglês

Em colaboração com a UEM e o CTV, CIFOR produziu também uma publicação sobre o estado de REDD + no país, intitulado “O contexto de REDD+ em Moçambique – Causas, agentes e instituições”. <http://www.cifor.org/online-library/browse/view-publication/publication/3402.html>

e a descrição do processo no papel ‘Como é o desdobramento de REDD+ nas florestas secas da África Austral? Um instantâneo de Moçambique ‘ – <http://www.cifor.org/online-library/browse/view-publication/publication/3402.html>. Ambas as publicações fizeram uso das informações produzidas no âmbito da iniciativa REDD Sul-Sul.



Actualmente, as empresas estrangeiras detêm concessões florestais grandes, mas a gestão e a replantação sustentáveis são raras. © Mike Goldwater

4 Lições aprendidas

4.1 Cooperação Sul-Sul vai para além de “copiar e colar”

A colaboração Sul-Sul foi anunciada como uma das abordagens capazes de permitir a aprendizagem entre os países em desenvolvimento, que muitas vezes partilham recursos, ambiente e desafios socioeconómicos semelhantes. Neste caso, o Brasil representado pela FAS, e o governo de Moçambique representado pelo MICOA e MINAG celebraram o acordo de colaboração em REDD+ em 2009. A intenção inicial era replicar a implementação do REDD+ utilizando o modelo da Bolsa Floresta em Moçambique.

No entanto, legisladores perceberam rapidamente que era essencial analisar a transferibilidade do modelo e sua sustentabilidade, especialmente o caso relativo aos pagamentos para a redução de emissões. O apoio que a Bolsa Floresta oferece para fortalecer as instituições e empresas locais, bem como a prestação de serviços vitais, como educação e saúde, assemelha-se ao processo de gestão comunitária de recursos naturais aplicado em Moçambique desde meados da década de 1990. Mas muitos desafios têm limitado a possibilidade de uma implementação ampla em Moçambique.

Os desafios incluem a disponibilidade de recursos financeiros para apoiar o processo de formalização dos direitos de terras e florestas, o conhecimento técnico para projectar e implementar planos de manejo florestal sustentáveis, a técnica e o conhecimento tecnológico para transformar os recursos naturais em projectos viáveis, gestão financeira e mercados para os produtos. O país continua a enfrentar estes desafios, daí a necessidade de precaução na abordagem do modelo do Brasil para REDD+.

Moçambique tem mais de 3 milhões de famílias de pequenos agricultores, 80 por cento das necessidades energéticas são satisfeitas a partir de biomassa florestal. Isto coloca desafios, na medida em que o pagamento para reduzir o desmatamento pode ser eficaz. É necessário um trabalho cuidadoso para identificar abordagens alternativas, sustentáveis e viáveis de uso que irão melhorar a produtividade agrícola e reduzir a necessidade de expansão de área, através das queimadas, introduzir eficiência na colheita e processamento de energia de biomassa, bem como desenvolver outros empreendimentos com base em recursos florestais e não florestais de alto valor comercial. O foco deverá ser o investimento técnico e financeiro para ajudar os usuários da terra na criação de condições para o uso sustentável dos recursos florestais, abrindo caminho para a redução das emissões e, conseqüentemente, a recompensa subsequente.

O modelo implementado pela FAS funciona num ambiente de parceria público-privado, que cria a base para fontes de financiamento sustentável para a iniciativa, adicionalmente, as comunidades na Amazónia consistem em assentamentos populacionais relativamente menores dispersos na vasta floresta tropical Amazónia. O afastamento destas comunidades reduz significativamente a abrangência e a velocidade de mudança no uso da terra.

Essas considerações foram importantes para evitar a transferência cega de modelos que poderiam eventualmente levar ao fracasso. No entanto, os mecanismos de pagamento na Bolsa Floresta que priorizam benefícios para as mulheres dentro das famílias e o processo de planeamento participativo com envolvimento proactivo das comunidades, oferecem lições particularmente importantes para REDD+ em Moçambique. Formação nestas técnicas participativas, bem como uma compreensão mais profunda de como funciona a Bolsa Floresta foram compartilhadas pela equipa FAZ (João Tezza e Luiza Lima) com MICAIA e comunidades no distrito de Sussundenga. Este é um dos importantes legados da colaboração.

4.2 Liderança e apropriação do processo

O acordo para IIED gerir os recursos financeiros foi muitas vezes questionado pelos parceiros do governo. Sem dúvida, este acordo permitiu a rápida implementação das actividades por todos os parceiros, incluindo as actividades lideradas pelo governo no âmbito da colaboração. A escolha foi baseada no facto de a Noruega ter acordos bilaterais com o governo para implementar os seus planos sectoriais e por isso considerar apoio (ao governo) através das organizações da sociedade civil para iniciar o processo de implementação de REDD+, enquanto o FCPF não disponibilizou os fundos destinados a implementação do plano de prontidão. Com a aprovação do RPP no início de 2012, abriu-se caminho para que tais recursos sejam canalizados para o país e para o governo conduzir não só a gestão dos recursos, mas também a coordenação técnica que deve criar condições para que o país esteja preparado para implementar o REDD+.

As tensões entre o papel da sociedade civil e o do governo parecem ser comuns em todos os sectores de actividade, mas a principal lição é reconhecer que tanto o governo como as organizações da sociedade civil têm um papel importante a desempenhar. A construção de sinergias é, portanto, muito mais importante do que as aparentes tensões entre estes parceiros possam sugerir.

4.3 Visão restrita sobre o conceito REDD+

Apesar da enorme participação das partes interessadas em consultas, é preciso notar a necessidade de aumentar o envolvimento de outros sectores fora das florestas e meio ambiente. O aumento da consciencialização sobre as mudanças climáticas, mitigação, adaptação e REDD+ é fundamental para mudar a actual mentalidade que vê o REDD+ como um problema apenas do sector florestal. Foi alarmante notar que até os funcionários envolvidos no grupo de trabalho de REDD+ tem essa visão estreita de REDD+.



Distrito de Muecate em Nampula, Moçambique. A agricultura itinerante com recurso a queimadas descontroladas na abertura das machambas muitas vezes provocando danos substanciais na floresta vizinha. © Mike Goldwater

Isto compromete a possibilidade de colaboração intersectorial, fundamental para a compreensão das causas de desmatamento e degradação florestal em primeiro lugar e a necessidade de harmonização das políticas e planos de cada sector para adoptar a gestão sustentável e caminhos de desenvolvimento de baixo carbono.

Havia também as ONGs que optaram por estar à parte, isto é, não participaram no processo de consulta (como publicado em África: as falsas soluções do Rio+20 <http://allafrica.com/stories/201206290273.html>, bem como no artigo sobre Créditos de Carbono publicado por John Halon no Boletim 50 Processo Político em Moçambique) o qual alega que as decisões sobre REDD+ já tinham sido tomadas, aquando do início do processo de consulta de 2010. É uma questão do «ovo e da galinha». Qual é a eficácia de uma consulta que começa sem informações claras aos interessados sobre o objectivo da consulta? Quão eficaz poderia ter sido o processo se as opções potenciais no âmbito e escala, as oportunidades e os desafios do quadro jurídico que regula o acesso e gestão dos recursos naturais, se não se fizer análise dos dados existentes para demonstrar o quão longe Moçambique precisa de ir para alcançar o nível 3 de geração de dados nacionais para estimar os níveis de referência e estabelecer sistemas de monitoramento e de informação? O grupo de trabalho REDD+ fez questão de divulgar informações sobre as opções e procurou compreender as causas de desmatamento e da degradação florestal, em cada contexto, bem como a partir da experiência anterior de luta contra estes e assegurou que a recomendação chave de uma consulta alimentasse a seguinte. Como foi referido anteriormente, não se pode assumir um processo de consulta perfeito. Portanto, outros actores precisam se engajar e darem a sua contribuição sobre como o processo pode ser conduzido.

O envolvimento do sector privado das diversas áreas de actividade foi procurado por meio de discussão deliberada com instituições como a CTA. No entanto, ficou claro que a CTA não levou em conta a importância do assunto para a sua circunscrição. Na consulta provincial, a maioria das empresas do sector privado envolvidas eram de exploração florestal e de plantações industriais. Mas o objectivo era alcançar os sectores de mineração, energia, agricultura e outros sectores. Como o governo trabalha no sentido de desenvolver uma estratégia de REDD+, a mobilização da participação do sector privado no processo deve ser intensificada.

4.4 Actividades de REDD+

Paradoxalmente, o sector privado não se envolveu abertamente no processo de REDD+ – e a nível internacional, as empresas vêem o REDD+ como uma oportunidade para fazer lucros rápidos com pouco investimento. Várias fontes de capital (de bancos, filantropia e fundos de pensões) foram procurados para criar uma plataforma para o investimento do sector privado em REDD+. Como foi explicado anteriormente, houve tentativas visando assegurar que o governo central e provincial aprovasse o investimento privado no REDD+. Um dos aspectos pouco claro foi o processo pelo qual as causas do desmatamento poderiam ser abordadas e como encorajar os actores de tais actividades a seguir. Outro aspecto por aclarar, refere-se à partilha de custos e de benefícios.

Apesar da relutância do governo em aprovar as aquisições de grandes extensões de terras para REDD+, várias actividades estão a ser realizadas nas áreas de energia e outras. Estas experiências podem contribuir com informações para o processo nacional de REDD, mas o nível de segredo até agora associado às empresas sugere o contrário.

Há também várias organizações internacionais empenhadas em testar REDD em Moçambique, mas há a necessidade de se construir um processo e uma plataforma para sustentar as lições para o processo nacional.

5 Prosseguindo com a implementação do REDD+

Seguindo as lições da colaboração Sul-Sul sobre REDD e liderando um grupo interinstitucional e multidisciplinar trabalhando em REDD+, o IIED colabora com a UEM (Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal e Faculdade de Letras e Ciências Sociais), a Universidade de Edimburgo e instituições locais, como o Centro de Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável, uma instituição autónoma de pesquisa do MICOA baseada em Manica, a Fundação MICAIA baseada em Manica, a delegação do IIAM também nas províncias de Manica e a ORAM na Zambézia.

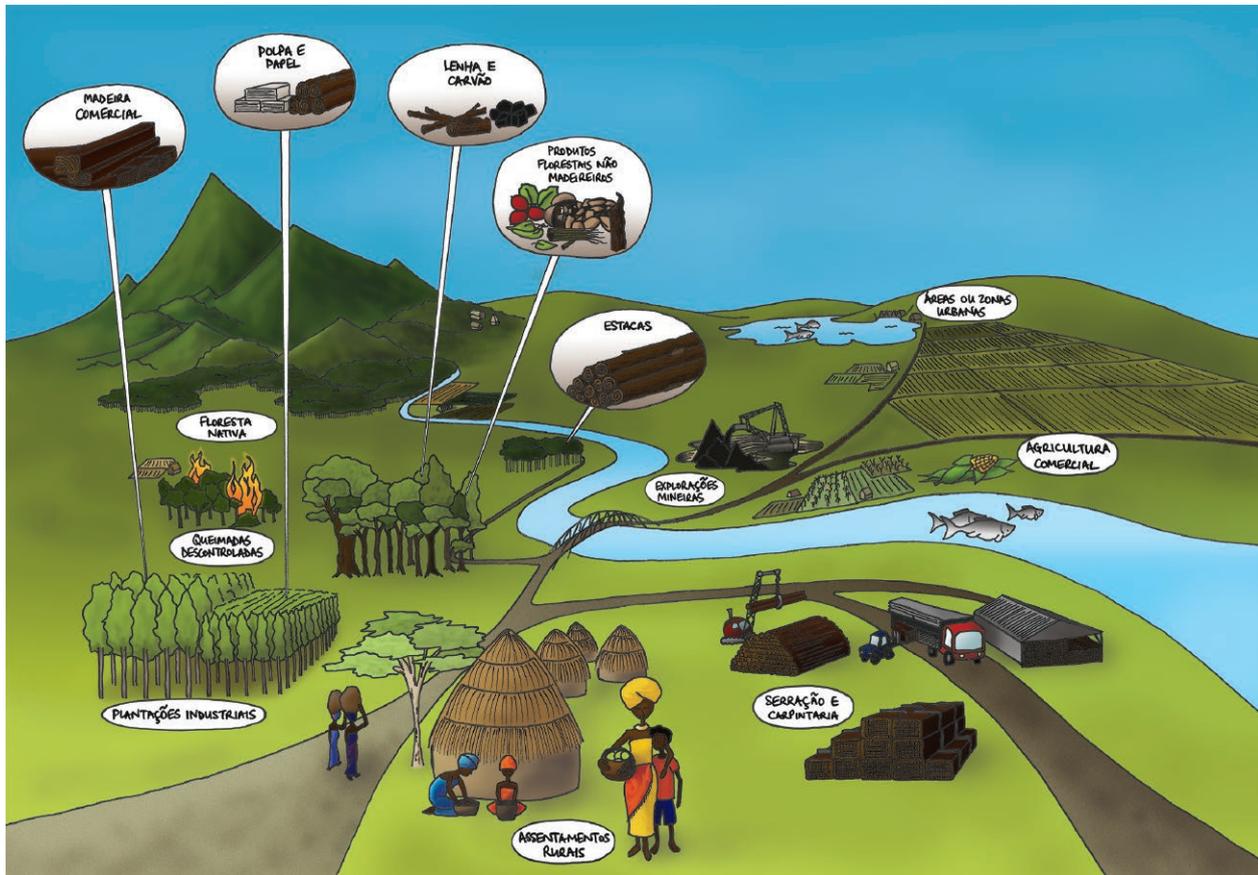
O projecto tem por objectivo “fornecer uma análise detalhada do panorama de todo o Corredor da Beira das taxas e causas do desmatamento e degradação, desenhar e testar potenciais modelos de comunicação e pacotes de investimento para o REDD+, incluindo a determinação dos custos de sua implementação e de transacção e informar o debate nacional sobre as opções institucionais e operacionais que requerem atenção no processo (financiado separadamente) de preparação da prontidão para o REDD+ “.

Os principais resultados do projecto incluem:

1. Uma linha de base socioeconómica para a implementação de REDD+ no Corredor da Beira, incluindo padrões e tendências em direitos de terra e de uso de recursos naturais.
2. Uma linha de base subnacional para desmatamento e degradação dentro do Corredor da Beira, com base nas taxas históricas ajustadas à luz dos planos de desenvolvimento.
3. Um desenho de modelos de informação REDD+ e pacotes de investimento para evitar o desmatamento e degradação, tendo como alvo as comunidades, o sector privado e o governo.
4. Uma análise das preferências locais para e a viabilidade económica dos pacotes de investimento e modelos de redução das emissões – incluindo os seus prováveis impactos sociais e ambientais.
5. Resultados práticos de implementação do teste (com base num fundo de investimento REDD+ cuidadosamente gerido) por pacotes de investimento mais preferenciais, viáveis e eficientes, bem como modelos de implementação.
6. Um conjunto de lições extraídas dessas análises para informar o processo nacional de preparação da prontidão para o REDD+.
7. Envolver e preparar pessoas nas províncias de Manica, Sofala e Zambézia, em particular no Centro para o Desenvolvimento Sustentável (CDS); direcções provinciais do ambiente (DPCA) e da Agricultura (DPA); MICAIA, trabalhando em modelos de negócios inclusivos; ORAM, uma ONG nacional que trabalha na delimitação de terras e instituições comunitárias, o Instituto de Investigação Agrícola de Moçambique (IIAM), bem como UEM (Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal e Faculdade de Letras e Ciências Sociais) e instituições académicas locais, habilitadas a efectuar estas análises, resultados e levar as lições adiante, em acções práticas.

Os resultados gerados através da implementação desta iniciativa entre 2012 e 2015, serão integrados no governo nacional. Os parceiros do projecto procurarão a colaboração activa com outras iniciativas de REDD+ por organizações da sociedade civil e outras iniciativas bilaterais de apoio ao governo, como é o caso do apoio da JICA à capacitação para MRV.

O governo da Noruega está a financiar a iniciativa com £ 1.970.288 (NOK 19.111.793), dos quais £ 900.000 constituem o fundo de investimento incentivador REDD+ para testar a implementação de pacotes de investimento e modelos de implementação do REDD+.



A paisagem complexa e causas multi-setoriais da mudança do uso da terra que a redução de emissões deve considerar.



80-86 Gray's Inn Road, London WC1X 8NH, UK

Tel: +44 (0)20 3463 7399

Fax: +44 (0)20 3514 9055

email: info@iied.org

www.iied.org